

Governança acerca dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): Análise bibliométrica de produções científicas em acesso aberto entre 2015 e 2024, indexados nas bases Web of Science e Scopus.

Gobernanza sobre los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): Análisis bibliométrico de publicaciones científicas de acceso abierto entre 2015 y 2024, indexadas en las bases de datos Web of Science y Scopus.

Governance on the Sustainable Developments Goals (SDGs): A bibliometric analysis of open access scientific publications from 2015 to 2024 indexed in the Web of Science and Scopus databases.

Júlia Pereira Barros Sanchez

julia.sanchez@aluno.cefet-rj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5496-3393>

Pesquisadora e Mestranda no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET, Brasil

Juliana de Araujo Borges

juliana.borges@aluno.cefet-rj.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8307-5021>

Pesquisadora e Mestranda no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET, Brasil

Fabiana de Oliveira Ramos

fabiana.ramos@aluno.cefet-rj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6968-9470>

**Pesquisadora e Doutoranda no Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET, Brasil**

Luís Felipe de Freitas Leite

luis.leite@cefet-rj.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3484-4407>

**Pesquisador e Mestrando no Centro Federal de Educação
Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET, Brasil**

Wladimir Henriques Motta

wladmir.motta@cefet-rj.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8254-1278>

**Professor Pesquisador e Pós-Doutor no Centro Federal de
Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET,
Brasil**

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise bibliométrica sobre Governança e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando mapear e inventariar literaturas nacionais e internacionais sobre essas temáticas. O recorte temporal inicia em 2015 e finaliza-se em 2024, resultando em 156 artigos publicados em periódicos indexados nas bases de dados Web of Science e na Scopus. A análise proposta neste artigo buscou mapear temáticas relevantes sobre “Governança acerca dos ODS”, de modo a refletir e contribuir propostas de melhorias sobre o desenvolvimento de ações no âmbito local e global auxiliando gestores na tomada de decisão e promoção de políticas públicas. O presente artigo traz evidências de que o tema é emergente na literatura, que há literaturas recentes sobre essas temáticas, de modo a avaliar a oportunidade de colaboração nacional e internacional que vem avançando entre os pesquisadores das bases selecionadas.

Palavras chave

Governança; Desenvolvimento sustentável; ODS

Resumen

Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis bibliométrico sobre la Gobernanza y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), con el propósito de mapear e inventariar la literatura nacional e internacional relacionada con estas temáticas. El recorte temporal abarca desde 2015 hasta 2024, resultando en 156 artículos publicados en revistas indexadas en las bases de datos Web of Science y Scopus. El análisis propuesto en este estudio busca identificar temas relevantes sobre la "Gobernanza en torno a los ODS", con el fin de reflexionar y proponer mejoras para el desarrollo de acciones tanto a nivel local como global, apoyando a los gestores en la toma de decisiones y en la promoción de políticas públicas. El presente artículo aporta evidencias de que se trata de un tema emergente en la literatura, con estudios recientes sobre estas temáticas, lo que permite evaluar las oportunidades de colaboración nacional e internacional que se han venido fortaleciendo entre los investigadores de las bases seleccionadas.

Palabras clave

Gobernanza; Desarrollo sostenible; ODS

Abstract

This article aims to conduct a bibliometric analysis on Governance and the Sustainable Development Goals (SDGs), seeking to map and inventory national and international literature on these topics. The time frame begins in 2015 and ends in 2024, resulting in 156 articles published in journals indexed in the Web of Science and Scopus databases. The analysis proposed in this article aimed to map relevant themes regarding "Governance and the SDGs," in order to reflect upon and contribute to improvement proposals for the development of actions at both local and global levels, supporting decision-makers and the promotion of public policies. This article provides evidence that the topic is emerging in the literature, with recent studies addressing these themes, thus highlighting opportunities for national and international collaboration that have been advancing among researchers in the selected databases.

Keywords

Governance; Sustainable development; SDG

Recibido: 26/07/2025

Aceptado: 14/12/2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.5557/IIMEI16-N31-047071> IIMEI16-N31-047071

Descripción propuesta: Barros Sanchez, J. P.; Araujo Borges, J. de; Oliveira Ramos, F. de; Freitas Leite, L. F. de; Henriques Motta, Wladimir, 2025. Governança acerca dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): Análise bibliométrica de produções científicas em acesso aberto entre 2015 e 2024, indexados nas bases Web of Science e Scopus. *Métodos de Información*, **16**(31), 47-71.

1. Introdução

É cada vez mais frequente a discussão sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, onde a mesma, representa um compromisso global para guiar a humanidade rumo a um desenvolvimento mais sustentável, equitativo e inclusivo (Custódio e Martins, 2024). Sendo um plano de ação para as pessoas, a prosperidade, o planeta e a promoção da paz, através do estabelecimento de parcerias entre as diferentes partes interessadas (Silva, Limeira Filho e Martins, 2022).

Para impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma estrutura de governança global e local é essencial (Custódio e Martins, 2024) articulando governança e desenvolvimento sustentável (Pineda, Cano e Czerny, 2021). Governança envolve interações, estruturas, processos e tradições que definem o exercício do poder e das responsabilidades, a tomada de decisões e a participação das partes interessadas (Graham et al., 2003), fundamentada em poder, relacionamentos e responsabilidade (Silva, Limeira Filho e Martins, 2022). Operando em múltiplos níveis e envolvendo diversos atores, a governança visa interações, diálogos e a gestão de desafios coletivos globais (Custódio e Martins, 2023).

Esse estudo se justifica e se torna importante pois busca realizar uma análise bibliométrica, sobre Governança acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), buscando explorar a seguinte

problemática: “Como é possível mapear e analisar a frequência e as abordagens teóricas sobre governança e os ODS em literaturas nacionais e internacionais?”

O estudo bibliométrico é um método de análise estatística que fornece uma compreensão quantitativa da literatura acadêmica sobre um determinado campo científico (Lima e Ribeiro, 2024). Autores de diversas instituições buscam estudar os ODS, tais como Mishra *et al.* (2024), Yamaguchi (2023), Falcone e Tutore (2025). Em específico o estudo de Elbanna *et al.* (2025) envolve governança ao confrontá-la com as palavras chaves justiça social e sustentabilidade econômica. Diante da importância temática, Mishra *et al.* (2024) acreditam que ainda são necessárias pesquisas bibliométricas multidisciplinares sobre a literatura de ODS.

Além desta introdução, o artigo apresenta uma seção metodológica, que destaca os procedimentos seguidos em sua elaboração, uma seção de revisão de literatura; uma seção sobre os resultados e discussão, uma seção com as considerações finais e, por fim as referências bibliográficas utilizadas.

2. Referencial Teórico

Nesta seção, foram reunidos alguns conceitos e abordagens de governança, objetivos de desenvolvimento sustentável e a agenda 2030, correlacionando com os artigos encontrados através desta revisão bibliométrica, de acordo com as bases de dados de pesquisa deste estudo.

2.1 Governança

Mediante a temática deste estudo, existem vários conceitos nas literaturas sobre governança, com vários significados e adaptações, de acordo com a área abordada, no entanto, em sua maioria o conceito de governança é polissêmico, multidimensional e carregado de ambiguidade (Rose-Ackerman, 2017). Como se trata de um conceito polissêmico e lastreado em diversas correntes teóricas, as definições adotadas tendem a ser variadas (Buta e Teixeira, 2020).

Mayntz (2001) trata governança moderna como uma nova forma de governar, mais participativa, em que atores públicos e privados cooperam para a formulação e aplicação das políticas públicas.

No aspecto sobre boa governança, Rose-Ackerman (2017) remete-se à tensão entre competência técnica e legitimidade procedimental, com destaque para o envolvimento social e a justificação das ações públicas. Neste viés, Buta e Teixeira (2020) expõem que essa questão não está apenas na formulação de políticas cientificamente avançadas ou em decisões que soam técnicas, mas em políticas que respondam ao interesse público.

Em suma, a governança pública abrange noções relativas ao processo de tomada de decisões de caráter coletivo ou comum. Envolve igualmente as formas de funcionamento do governo, além das instituições formais e informais que regulam o relacionamento entre Estado e sociedade (Grindle, 2017).

Diante dos conteúdos dos artigos analisados, há diversos aspectos no qual são considerados cruciais nos índices de governança, dentre eles: formação do conceito, validade do conteúdo, confiabilidade, robustez e relevância das medidas, complexidade descritiva, ajuste teórico, precisão dos estimadores e correta ponderação (Gisselquist, 2014).

No que tange à governança democrática, avalia-se de acordo com medida em que se estabelece meios para a participação social no planejamento e avaliação da ação pública (Martínez, 2005). Para Yousaf, Ihsan e Ellahi (2016) é possível avaliar que a relação entre o nível de confiança pública no governo e na governança é geralmente vista como intimamente relacionada entre si.

Segundo Cheema (2013), a confiança pública é o resultado e determinante da governança em um governo inclusivo, por meio do qual o aumento da confiança pública pode efetivamente facilitar o funcionamento das instituições governamentais, melhorando a qualidade da governança. Em outras palavras, todos os aspectos da boa governança devem ser praticados e aprimorados pelo governo para construir a confiança pública (Berliani e Violita, 2021).

Aksoy e Tumen (2021) compreendem que o ponto crucial para alcance de uma boa governança pública, é de extrema importância, dentro da agenda estratégica de países em processo de desenvolvimento político, realizando abordagem com foco nos seus principais elementos: responsabilidade, transparência, eficiência, eficácia, capacidade de resposta e Estado de Direito (Su e Bui, 2017).

Sobre os desafios relacionados à boa governança, Grindle (2017) afirma que não se restringem apenas a efetividade, accountability (prestação de contas),

transparência e legalidade, mas passam abranger também as condições de equidade, participação social, democracia, inclusão, respeito aos direitos humanos etc.

Mayntz (2001) informa que é preciso que as autoridades públicas disponham de competências e recursos que as permitam executar as decisões tomadas democraticamente. No que se refere à sociedade, são condições necessárias para a governança: (1) que a sociedade civil seja forte e bem-organizada; (2) que os cidadãos gozem de igualdade perante a lei e disponham de direitos fundamentais que os protejam; (3) que as organizações sociais sejam autônomas e capazes de negociar com as autoridades estatais.

Desse modo, é possível notar que há diversas perspectivas, muitas vezes, definições semelhantes. Percebe-se também que grande parte das definições de governança adotadas estão relacionadas à coordenação dos diversos atores interessados (públicos e privados), que cooperam para a formulação e implementação das políticas públicas, bem como à participação social na tomada de decisões. Outro ponto interessante é que algumas definições abordam não apenas o conceito de governança, mas as condições básicas para que haja governança (Buta e Teixeira, 2020).

Oliveira e Pisa (2015) vão além, esclarecem que inúmeras organizações internacionais têm desenvolvido indicadores e publicado estudos sobre a mensuração da governança, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); o Banco Mundial; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); o *International Country Risk Guide*. Porém, esses estudos, na visão de Van de Walle (2005), ilustram a situação de comparação entre diversos países de forma genérica e subjetiva, não contemplando a realidade e as particularidades de cada um. No entanto, eles são úteis como fontes de informação e metodologia de avaliação.

Bayar (2016) complementa sobre a importância e impacto da governança no crescimento econômico ao longo prazo, sendo alvo de estudos que buscam explorar e mensurar tais impactos, onde a maioria deles utilizam os Indicadores de Governança Mundial (*Worldwide Governance Indicators – WGI*).

Para Merry (2011) as escalas de mensuração de governança não são unânimes, isto é, elas produzem formas de conhecimento convenientes e moldam a maneira como os formuladores de políticas e o público em geral percebem o mundo. Estabelecendo padrões segundo os quais os indivíduos,

organizações ou nações devem se comportar, os indicadores tendem a inspirar aqueles que são avaliados a melhorarem seu desempenho.

Da Cruz e Marques (2013) concluem que modelos de avaliação devem ser adaptados a cada país ou região específica onde será aplicado. Merry (2011) chama a atenção para a expansão do uso de indicadores de governança em nível global, sob a marcante influência de lógicas de gestão corporativa, moldando a forma como são elaboradas e controladas diversas políticas públicas.

Desta forma, diante dos contextos apresentados, observa-se de modo geral que qualidade da governança, bem como o nível de governança são pontos cruciais para a compreensão de como a ação dos agentes envolvidos nos processos decisórios podem afetar no bom andamento do serviço público local (Silva, Limeira Filho e Martins, 2022).

2.2 Governança acerca dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) – Agenda 2030

Em setembro de 2015, a comunidade internacional, através da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), se reuniu em Nova York e se comprometeram com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (a serem apresentados na Figura 1) e 169 metas a serem alcançados até 2030 (Nygard, 2017).



Figure 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015)

Fonte: ODS. (2016, January 6). GT Agenda 2030.

Deste modo, objetivando incentivar as políticas públicas e inspirar os atores sociais a promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo foram criados e ampliados no escopo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM (Figura 2), atuando sob a orientação de cinco princípios,

formalmente conhecidos como os “5 P’s” (Figura 3): pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias objetivando levar o mundo rumo ao desenvolvimento sustentável (Silva, Limeira Filho e Martins, 2022). Envolvendo ações integradas e indivisíveis, que incorporam, de maneira equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU 2015).



Figure 2: 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Fonte: (ONU, 2000).



Figure 3: “5 P’s”- 5 princípios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: (ONU, 2015).

Pleno século XXI sendo “o século das pessoas” (Novo, 2009), há um interesse evidente em vincular as percepções das partes interessadas à priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que é conhecido como abordagem participativa (Pineda, Cano e Czerny, 2021). Kardos (2012) afirma que a governança representa como o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos, sociais e ambientais, contribuindo para o

desenvolvimento de um país. Sendo assim, se faz necessário essa articulação entre governança e desenvolvimento sustentável (Pineda, Cano e Czerny, 2021).

Diante desse contexto, a agenda 2030 pretende articular a governança socioambiental global, integrando diversas arenas de autoridade transnacional, internacional, nacional e subnacional com empresas, organizações, indivíduos e outros atores (Denny, Paulo e Castro, 2017).

Nessa perspectiva, os ODS envolvem de forma integrada as dimensões ambientais, sociais e econômicas, e conseqüentemente exigem soluções integradas e uma ampla perspectiva de sistemas para fins de cumprimento. Observa-se que atingir os ODS não é uma tarefa fácil e um dos caminhos para alcançá-los é integrar à gestão geral, bem como ao trabalho e aos procedimentos diários através de uma abordagem intersetorial, onde a colaboração dos diferentes atores, instituições e setores são fundamentais para implementação que terá impacto na governança local (Gustafsson e Ivner, 2017).

A despeito de seu caráter soft, ou seja, não vinculante, esse tipo de governança complexa parece ser o melhor método disponível para lidar com os desafios socioambientais atuais. Neste sentido, formas ativas e efetivas de participação da sociedade civil estão ligadas, diretamente, ao sucesso ou fracasso da Agenda 2030, isto é, a força e a efetividade que se possam atribuir aos preceitos e princípios imbricados na Agenda 2030 estão associadas aos movimentos e significados que se possam construir no seu entorno. (Denny, Paulo e Castro, 2017).

Morita, Okitasari e Masuda (2020) esclarecem que sistemas de governança para os objetivos de desenvolvimento sustentável é um conjunto de estruturas, processos, políticas e mecanismos que são estabelecidos para coordenar, implementar, monitorar e avaliar o progresso em relação às metas dos ODS envolvendo interação das diferentes partes interessadas como instituições, governos, sociedade civil a fim de fortalecer e garantir que os esforços em direção ao alcance dos ODS sejam eficazes.

Fenton e Gustafsson (2017) notam que a implementação dos ODS requer uma governança multinível que compreenda a interação entre os diferentes níveis de governo e partes envolvidas, incluindo atores privados e cidadãos no gerenciamento de assuntos em comuns a fim de estimular ações em vários níveis, escalas e setores e própria ONU aborda que a cooperação entre todos os países e partes interessadas é essencial para realizar os ODS.

Para Custódio e Martins (2023) a agenda 2030 almeja alcançar resultados significativos através de arranjos de governança, observa-se a necessidade de uma estrutura de governança eficaz a nível local comprometida com a consecução dos objetivos pois, nota-se que a governança é um fator essencial para que os objetivos possam ser cumpridos de forma efetiva e a própria Agenda 2030 menciona a boa governança e o Estado de Direito, assim como um ambiente adequado, inclusivo e sustentado, como fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Silva, Limeira Filho e Martins (2022) destacam que a Agenda 2030 trata a governança como fator fundamental para o desenvolvimento sustentável e na implementação desses objetivos, indicando a necessidade de avaliar possíveis avanços e obstáculos. Sendo assim, a governança é considerada uma ferramenta de direção essencial e indispensável para o desenvolvimento sustentável (Van Zeijl-Rozema *et al.*, 2008).

Deste modo, a implementação da agenda 2030, requer uma abordagem complexa em múltiplas dimensões, representando um quadro de referência para a conservação e capitalização dos recursos naturais e humanos e garantindo a proteção dos direitos humanos”, ou seja, a implementação da Agenda 2030 visa justamente esse equilíbrio nos âmbitos citados, buscando uma relação de sintonia, onde a qualidade da vida humana e manutenção dos recursos naturais fornecidos pelo meio devem ser respeitados dentro dos limites do planeta.

Beleneşi *et al.*(2021) complementam que os ODS requerem um “estudo completo e análise aprofundada das direções que o progresso foi feito no desenvolvimento sustentável, bem como onde ocorrem desafios ou ameaças em relatórios sustentáveis, por meio de monitoramento e avaliação”, sendo a governança, nesse sentido, fator essencial tanto à implementação, quanto ao monitoramento e avaliação dos aspectos citados (Silva, Limeira Filho e Martins, 2022).

Torna-se claro, portanto, que a conexão entre governança acerca dos ODS é evidente, uma vez que a governança direcionada aos ODS necessita proporcionar um ambiente propício para a ação coletiva (Bowen *et al.*, 2017) através da atuação dos diferentes atores em busca de compromisso, cooperação e ação coordenada com a finalidade de alcançar um futuro mais próspero, sustentável e inclusivo.

3. Metodologia

O presente estudo visa realizar uma análise bibliométrica, consistindo no levantamento de literaturas, através da consulta em bases de dados amplamente utilizadas pela comunidade científica nacional e internacional, são eles *Web of Science* e *Scopus*, pois estas bases apresentam uma ampla quantidade de publicações em relação ao tema abordado.

Os métodos para elaboração desta análise bibliométrica prevêem: (1) pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados; (7) avaliação da qualidade das evidências; (8) resultados e (9) considerações finais.

A fim de obter documentos semelhantes à temática, a pesquisa foi realizada e exportada no dia 03 de janeiro de 2025, nas duas bases de dados mencionadas, utilizando os mesmos descritores de busca (palavras-chave e operadores booleanos), filtros e demais critérios, conforme apresenta a tabela 1.

Descritores de Busca	<i>("governance index" OR "governance indicator" OR "governance indicators" OR "governance quality") (TITLE-ABS-KEY) AND ("municipal governance" OR "local governance" OR "public governance" OR "municipal" OR "local" OR "public") TITLE-ABS-KEY AND ("sustainable development goals" OR "SDG" OR "sustainable development" OR "sustainability").</i>
Tipo de Acesso	Aberto
Bases de Dados	"Web of Science" e "Scopus"
Período	2015 a 2024
Tipo de Documento	Artigos publicados em periódicos
Campos de Metadados	Tópico (título, resumo, palavras-chave do autor e o keywords plus).

Tabela 1: Informações de busca. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Na sequência, as publicações foram filtradas, inicialmente, pelo ano de publicação, sendo escolhidos os documentos publicados a partir de 2015, ano de lançamento da Agenda 2030. Apesar da temática Governança ter um lapso temporal não tão recente quanto a temática dos ODS, por questões estratégicas de alinhamento dos dois eixos temáticos da pesquisa, optou-se por aplicar a mesma intersecção temporal a fim de obter resultados mais específicos para o atendimento da pergunta norteadora desta pesquisa. Já o segundo filtro

utilizado foi o tipo de documento, onde foram escolhidos apenas os artigos. Por fim, os documentos foram filtrados pelos idiomas inglês, espanhol e português. Ambos os arquivos foram salvos em Excel para fins de registro completo.

Na base de dados da *Web of Science* foram encontrados 50 artigos entre os anos de 2015-2024, enquanto na base da *Scopus*, foram encontrados 106 artigos para o mesmo período, exportando-se um total de 156 documentos.

Na junção dos documentos em um mesmo arquivo, obteve-se um resultado de 58 artigos válidos, não ocorrendo a necessidade de exclusão de artigos duplicados por falta dos mesmos (que aparecem, simultaneamente, em duas ou mais bases) e dada exclusão de 98 artigos que não se adequaram diretamente a pergunta central deste estudo. Os 58 artigos selecionados foram baixados para estudos bibliográficos gerais. Analisados com o apoio do software R. Studio, posteriormente exportando os dados gerados para um arquivo em Excel, facilitando o acesso e a manipulação deles.

O *software* R é uma linguagem de código aberto e gratuito, na qual é possível selecionar o tipo de exame dos dados mais conveniente, de acordo com o objetivo do analista (Macedo, Lebres e Junior, 2022; Santos e Reis, 2021; Rocha Junior; Mello e Mello 2023).

Neste sentido, as informações coletadas fornecem uma quantidade significativa de dados que podem ser cruzados, permitindo gerar análises de conteúdos, referências de autores que mais abordam a temática, palavras mais influentes e países com maior publicação. (Rocha Junior; Mello e Mello 2023).

De modo geral, a análise dos artigos foi realizada a partir da leitura de artigos, objetivando identificar os principais conceitos referentes à avaliação sobre governança e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com referências importantes que abordam a temática. Realizou-se a comparação das publicações encontradas em ambas as bases, como número de artigos e publicações em comum.

4. Resultados

Na tabela 2, podem ser observadas as principais informações coletadas na pesquisa bibliométrica. Ao todo, aparecem 156 fontes, 58 artigos

identificados com a abordagem foco do estudo, 394 autores, sendo 31 artigos com autoria única e uma média de 4,92 autores por artigo.

Descrições	Resultados
Intervalo de tempo	2015 -2024
Fontes (periódicos)	104
Artigos	156
Anos médio de publicação	2021
Média de citação por documentos	4,92
Média de citações por ano, por documento	1,36
Autores	394
Autores de documentos de autoria única	43
Autores de artigos multi-autorados	351

Tabela 2: Principais informações sobre os dados. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Deste modo, é possível observar que de acordo com a evolução temporal das produções científicas, com o apoio do Gráfico 1, que o tema começa a ser abordado nas publicações a partir de 2015 com um leve crescimento até 2018, onde as publicações decaem significativamente em 2019 e no período de 2020 até 2024 observamos um crescimento.

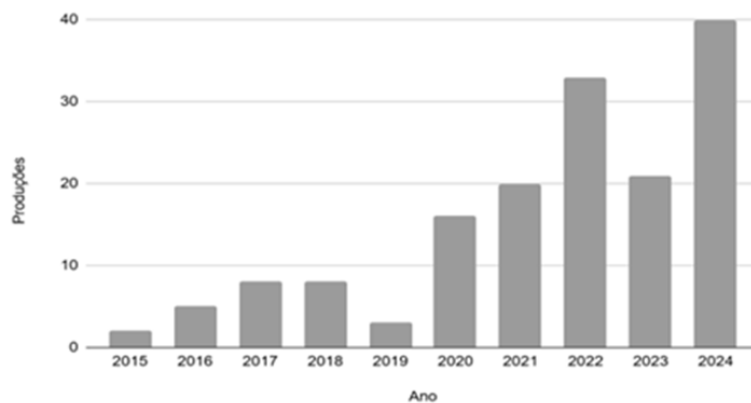


Gráfico 1: Produções científicas anuais. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

No período entre 2015 e 2019, verifica-se anos com baixas produções científicas na temática, a partir de 2016 observa-se um crescimento potencial nos trabalhos, chegando à marca de 40 produções em 2024, com uma redução pontual no ano de 2019.

Isto é, com destaque de produções científicas coletadas no ano de 2024, o que sinaliza para a existência de um potencial de publicações a serem feitas

nos próximos anos, sobretudo ao cumprimento das metas da Agenda 2030. Além disso, no gráfico 2, podemos observar um quadro comparativo com os 16 autores mais relevantes dentro deste eixo temático no período observado de 2015 até 2024, destacando-se os autores Malta, Márquez e Vieira.

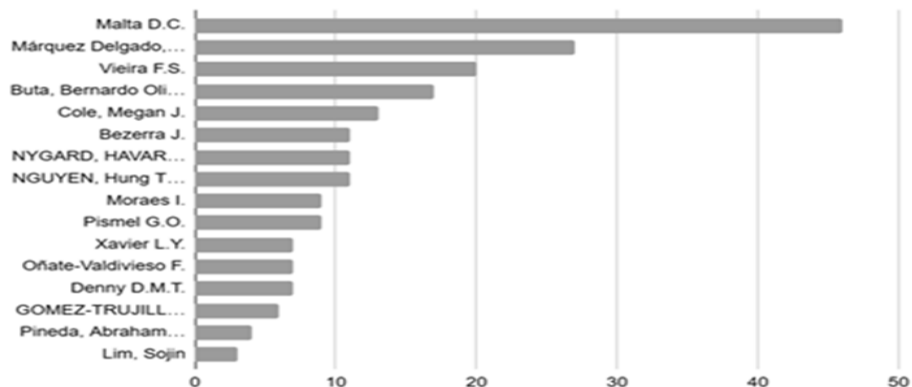


Gráfico 2: Autores com mais publicações nas temáticas abordadas

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Neste sentido, na tabela 3, observa-se que a produção dos autores é algo importante para ser destacado nas análises realizadas, de modo a considerar quem são esses autores e a quais linhas de pesquisa estão interligados. Temos os comparativos quantitativos extraídos das Bases de Acesso *Scopus* e *Web of Science*.

Autor	Web of Science	Autor	Scopus
Márquez Delgado, Dora Lilia	27	Malta D.C	46
Buta e Teixeira	17	Vieira F.S.	20
Cole, Megan J.	13	Bezerra J.	11
Nygaard.	11	Pismel G.O.	9
Nguyen, Hung Thanh	11	Moraes I.	9
Gomez-Trujillo.	6	Denny D.M.T.	7
Pineda, Cano e Czerny	4	Xavier L.Y.	7
Lim, Sojin	3	Oñate-Valdivieso F.	7

Tabela 3: Autores mais citados em cada base de dados.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

De acordo com a tabela 4, se aponta que autores mais citados não necessariamente serão os que fazem parte da lista dos autores que mais reconhecidos, isto é, ter mais artigos publicados não significa ser autor mais citado nos artigos. Vale destacar que a produção científica apresenta uma

distribuição geográfica específica, como se observa nos dados de publicações nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Países	<i>Web of Science</i>	Países	<i>Scopus</i>
Coreia do Sul	14	Brasil	50
Brasil	8	Suíça	4
África do Sul	4	Portugal	2
Colômbia	2	Reino Unido	2

Tabela 4: Países com mais publicações. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Na *Web of Science*, 5 países registraram produção científica, com destaque para a Coreia do Sul (14 publicações), seguida pelo Brasil (8) e pela África do Sul (4). Cuba, Argentina e Portugal têm 1 publicação cada. A categoria "Desconhecido" soma 10 publicações. Em termos de produção na *Scopus*, 7 países foram registrados, sendo a Coreia do Sul (14 publicações) o líder, seguida pelo Brasil (8) e pela África do Sul (4). Outros países, como Colômbia (2), Cuba (1), Argentina (1) e Portugal (1), também aparecem com números menores. Podemos observar na tabela 4, a produção científica registrada na *Web of Science* refletindo a predominância de poucos países, com destaque para a Coreia do Sul, enquanto na *Scopus* destaca-se o Brasil.

Avalia-se que pela *Web of Science* se registram 24 periódicos que publicaram artigos com o foco mencionado. Pela *Scopus* são 34 periódicos que apareceram nos metadados.

Conforme a tabela 5, observamos que a Revista de Gestão Social e Ambiental se destaca como o principal veículo de divulgação temática, com o maior número de artigos publicados em comparação com outras revistas. No ranking da *Scopus*, a Revista de Gestão Social e Ambiental aparece com 8 publicações, seguida por Ambiente e Sociedade e Revista Brasileira de Políticas Públicas, ambas com 7 publicações. Outras publicações incluem Desenvolvimento e Meio Ambiente (5 vezes) e *Sustainable Development Goals Series* (4 vezes). Em termos de periódicos indexados na *Web of Science*, o *Potchefstroom Electronic Law Journal* (PELJ) se destaca com 2 publicações, seguido pelo *Journal of Creativity and Innovation*, *Korean Journal of EU Studies* e *The Journal of Humanities and Social Science*, todos com 2 publicações, e *Journal of Environmental Impact Assessment* com 1 publicação. As demais publicações estão fragmentadas em vários periódicos.

Revistas Web of Science	Qte.	Revistas Scopus	Qte.
Potchefstroom Electronic Law Journal (PELJ)	2	Revista de Gestão Social e Ambiental	8
Journal of Creativity and Innovation	2	Ambiente e Sociedade	7
Korean Journal of EU Studies	2	Revista Brasileira de Políticas Públicas	7
The Journal of Humanities and Social Science	2	Desenvolvimento e Meio Ambiente	5
Journal of Environmental Impact Assessment	1	Sustainable Development Goals Series	4

Tabela 5: Periódicos mais relevantes em volume de publicação de artigos. **Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

5. Discussões

Observa-se que nas bases há uma grande quantidade de revistas, sendo 37 com uma única publicação na *WOS* e 47 na *Scopus*. Embora esses dados revelem uma variedade de revistas que abordam a temática, também realça, mais uma vez, o seu predomínio.

Embora esses dados revelem uma diversidade de revistas que abordam a temática, eles ressaltam, mais uma vez, o predomínio da Revista de Gestão Social e Ambiental na produção de estudos sobre governança dos ODS na base *Scopus*. Vale destacar que, nas revistas mais citadas em cada base, a *Potchefstroom Electronic Law Journal* (PELJ), que publicou um artigo seminal, se posiciona como uma das mais citadas na *Web of Science*, embora não figure entre as revistas indexadas na base *Scopus*.

Na sequência desta análise, avalia-se também sobre as palavras chaves dos autores. Deste modo, utiliza-se a nuvem de palavras (figuras 4 e 5) para destacar os termos com maior relevância, que estão sendo mais mencionados, discutidos, compartilhados e presentes nas pesquisas sobre as respectivas temáticas.

impulsionando o progresso nas bases de dados selecionadas. Acredita-se que o fortalecimento das redes de pesquisa sobre essa interface é crucial, especialmente para despertar o interesse em países mais desenvolvidos. Adicionalmente, a análise das bases de dados revela uma escassez de estudos sobre esses temas em países menos desenvolvidos, indicando uma importante lacuna a ser explorada.

6. Considerações finais

Este estudo buscou realizar uma análise bibliométrica sobre literaturas que abordam contextos relacionados a governança e os ODS, inventariando e mapeando literaturas nacionais e internacionais, com bases de dados da *Web of Science* e da *Scopus*, evidenciando a importância da governança acerca da implementação dos ODS e políticas públicas.

Nessa perspectiva de análise sobre governança acerca dos ODS, surgiu a necessidade de pensar como se pode contribuir com propostas de melhorias sobre o desenvolvimento de ações no âmbito local e global auxiliando gestores na tomada de decisão e promoção de políticas públicas que possam ser implantadas.

Deste modo, buscando gerar conhecimento capaz de avaliar e propor aprimoramentos em diversas dimensões, tanto nos serviços e políticas públicas quanto na gestão dos sistemas produtivos.

Ao todo, foram encontrados, nas duas bases de dados, 156 artigos publicados, sendo o periódico de maior prevalência de publicações a revista internacional, interdisciplinar, acadêmica, de acesso aberto e revisada pelos seus pares, *Ambiente e Sociedade* e *Potchefstroom Electronic Law Journal* (PELJ). Em relação à distribuição geográfica das produções científicas e da influência destas, percebe-se que no primeiro item, o Brasil se destaca, seguidos de países da Coreia do Sul, Suíça e Portugal.

O artigo traz evidências de que o tema é emergente na literatura, com uma quantidade significativa de publicações recentes sobre a temática. Além disso, há oportunidades crescentes de colaboração nacional e internacional, que vêm avançando entre os pesquisadores das bases selecionadas. No que se refere aos autores, vê-se que dentre os principais autores com mais publicações

reveladas pelas plataformas de análise, há uma diversidade significativa de contribuições.

O avanço de um campo científico está intrinsecamente ligado ao conhecimento preexistente (Samiee *et al.*, 2015), sendo que as contribuições de qualquer estudo se fundamentam na literatura consultada para sua realização (Hoffman e Holbrook, 1993). Esse conhecimento prévio acumulado na área se manifesta frequentemente por meio de referências bibliográficas (Lima e Ribeiro, 2024). Deste modo, a revisão bibliométrica se concentra na análise das conexões diretas entre os artigos, tornando-se uma abordagem preferível quando um número limitado de trabalhos é interligado e precisa ser sintetizado.

Entretanto, é importante ressaltar que esta pesquisa apresenta algumas limitações. A coleta de dados, embora tenha abrangido um amplo espectro de periódicos de bases reconhecidas e grande prestígio, não esgota em sua totalidade as publicações sobre o tema, o que restringe a generalização dos resultados. Ademais, a amplitude conceitual do termo "governança" e a especificidade da relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) impuseram desafios à realização de uma análise mais aprofundada e abrangente.

De modo geral a discussão sobre o desenvolvimento de novas metodologias voltadas para o monitoramento e análise da governança, de modo a contribuir no progresso em relação aos ODS. Essas metodologias podem fornecer suporte para a consolidação de políticas, estratégias e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável, auxiliando os gestores na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas necessárias.

Sendo assim, a pesquisa permitiu, por meio do mapeamento, analisar a forma como as temáticas estão sendo abordadas, identificando lacunas que podem ser exploradas em estudos futuros. Um exemplo disso é a escassez de pesquisas sobre a governança relacionada à implementação dos ODS em nível local, um campo em que a produção científica avança de forma vagarosa. Isso cria oportunidades para novos trabalhos, voltados à criação de modelos de monitoramento da governança, visando a implementação integrada dos ODS e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

7. Referências Bibliográficas

- AKSOY, Cevat Giray; TUMEN, Semih, 2021. Local governance quality and the environmental cost of forced migration. *Journal of Development Economics*, 149, 102603. <https://doi.org/10.1016/j.jdevec.2020.102603>
- BAYAR, Yilmaz, 2016. Public governance and economic growth in the transitional economies of the European Union. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 12(48), 5-18. <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/480>
- BELENEȘI, Mădălina; BOGDAN, Victoria; POPA, Diana Nicoleta, 2021. Disclosure dynamics and non-financial reporting analysis. The case of Romanian listed companies. *Sustainability*, 13(9), 4732. <https://doi.org/10.3390/su13094732>
- BOWEN, K. J.; CRADDOCK-HENRY, N. A.; KOCH, F.; PATTERSON, J.; HÄYHÄ, T.; VOGT, J.; BARBI, F., 2017. Implementing the "Sustainable Development Goals": Towards addressing three key governance challenges - collective action, trade-offs, and accountability. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26, 90-96. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.05.002>
- BRASIL, 2015. *Secretaria de Governo. Brasil cumpriu sete dos oito objetivos de desenvolvimento do milênio*, 18 set. 2015. Disponível em: gov.br/sri/.../brasil-cumpriu-sete-dos-oito-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio. Acesso em: 25 de Julho de 2025.
- BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho, 2020. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, 27(94), 370-395. <https://doi.org/10.1590/1984-9270943>.
- CHEEMA, G. Shabbir, 2013. *Building trust in government: An introduction* <https://doi.org/10.18356/93cc9c5b-en>
- CUSTODIO, Larissa Luana Pereira; DE FATIMA MARTINS, Maria, 2023. Governance and sustainable development goals (SDGs): a bibliographic review of the literature. *Caderno Pedagógico*, 20(7), p. 2822-2850. <https://doi.org/10.54033/cadpedv20n7-021>

- CUSTODIO, L. L. P., & de Fátima Martins, M., 2024. Modelo de governança Municipal alinhado aos ODS: Proposta de monitoramento em Municípios Brasileiros. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 18(2), e04888-e04888. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n2-090>
- DA CRUZ, Nuno Ferreira; MARQUES, Rui Cunha, 2013. New development: The challenges of designing municipal governance indicators. *Public Money & Management*, 33(3), 209-212. <https://doi.org/10.1080/09540962.2013.785707>
- DENNY, Danielle Mendes Thame; PAULO, Roberto Ferreira; DE CASTRO, Douglas, 2017. Blockchain and Agenda 2030. *Brazilian Journal of Public Policy*, 7, 122. <https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i3.4938>
- ELBANNA, Mariam et al., 2025. A bibliometric analysis of sustainable development goals (SDGs) through the lens of maqasid shariah tafsir. *QiST: Journal of Quran and Tafseer Studies*, 4(1), 1-22. <https://doi.org/10.23917/qist.v4i1.7360>
- FALCONE, Pasquale Marcello; TUTORE, Ilaria, 2025. Mapping the nexus: a bibliometric analysis and social network analysis of transformative innovation policies and sustainable development goals. *Business Strategy and the Environment*, 34(2), 2423-2435. <https://doi.org/10.1002/bse.4104>
- FENTON, Paul; GUSTAFSSON, Sara, 2017. Moving from high-level words to local action governance for urban sustainability in municipalities. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26, 129-133. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2017.04.008>
- GISSELQUIST, R. M., 2014. Developing and evaluating governance indexes: 10 questions. *Policy Studies*, 35(5), 513-531. <https://doi.org/10.1080/01442872.2014.946484>
- GRAHAM, J., Amos, B., & Plumpre, T., 2003. *Princípios de Governança para Áreas Protegidas no Século XXI: Um Documento de Discussão*. Ottawa: Instituto de Governança/Parques do Canadá/Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional.
- GRINDLE, Merilee S., 2017. Good Governance, RIP: A Critique and an Alternative. *Governance*, 30(1), 99-113. <https://doi.org/10.1111/gove.12223>
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030 do Brasil. GT Agenda 2030 [Online]. Movimento GT Agenda 2030, s.d. Disponível em: gtagenda2030.org.br. Acesso em: 25 de Julho de 2025.
- GUSTAFSSON, Sara; IVNER, Jenny, 2017. Implementing the global sustainable goals (SDGs) into municipal strategies applying an integrated approach. In:

- Handbook of sustainability science and research. *Cham: Springer International Publishing*, 301-316. https://doi.org/10.1007/978-3-319-63007-6_18
- HOFFMAN, Donna L.; HOLBROOK, Morris B., 1993. The intellectual structure of consumer research: A bibliometric study of author cocitations in the first 15 years of the Journal of Consumer Research. *Journal of Consumer Research*, 19(4), 505-517. <https://doi.org/10.1086/209319>
- KARDOS, Mihaela, 2012. The Reflection of Good Governance in Sustainable Development Strategies. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 58, p. 1166-1173. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.1098>
- LIMA, Anderson Antônio; RIBEIRO, Thiago de Luca Santana, 2024. Mapeamento do Surgimento da Temática Corrupção na Área de Governança Corporativa: Uma Revisão Bibliométrica da Literatura. *Journal of Sustainable Institutional Management*, 11, e0143. <https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v11i00.143>
- DE MACEDO, Vanessa Pontes; LEBRES, Vera Ferro; JUNIOR, Ronaldo Bernardo, 2022. Hackathon as an instrument for innovation in collaborative networks: a bibliometric analysis. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 8(1), e602. <https://doi.org/10.32358/rpd.2022.v8.602>.
- MARTÍNEZ, A. C., 2005. Governança hoje: introdução. In: *Governança Hoje: 10 Textos de Referência*, pp. 11-36. Instituto Nacional de Administração Pública (INAP).
- MAYNTZ, Renate, 2001. El Estado y la sociedad civil en la gobernanza moderna. *Reforma y Democracia*, 21, 7-22. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=357533664007>
- MERRY, Sally Engle, 2011. Measuring the world: Indicators, human rights, and global governance. *Current Anthropology*, 52(S3), S83-S95. <https://doi.org/10.1086/657241>.
- MISHRA, Manoranjan et al. 2024. A bibliometric analysis of sustainable development goals (SDGs): a review of progress, challenges, and opportunities. *Environment, Development and Sustainability*, 26(5), 11101-11143. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03225-w>
- MORITA, Kanako; OKITASARI, Mahesti; MASUDA, Hiromi, 2020. Analysis of national and local governance systems to achieve the sustainable development goals: case studies of Japan and Indonesia. *Sustainability Science*, v. 15, p. 179-202. <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00739-z>
- MOVIMENTO NACIONAL ODS, 2025. *Santa Catarina. Os 5 P's da sustentabilidade*. [online]. Movimento Nacional ODS Santa Catarina, s.d. Disponível em:

<https://sc.movimentoods.org.br/os-5ps-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 25 de Julho de 2025.

NOVO, M., 2009. A educação ambiental, uma educação genuína para um desenvolvimento sustentável. *Revista de Educação*, 195-217.

NYGÅRD, Håvard Mokleiv, 2017. Achieving the sustainable development agenda: The governance-conflict nexus. *International Area Studies Review*, 20(1), 3-18. <https://doi.org/10.1177/2233865916682747>

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de; PISA, Beatriz Jackiu, 2015. IGovP: the public governance assessment index-a State planning instrument tool and social control by the citizen. *Revista de Administração Pública*, 49, 1263-1290. <https://doi.org/10.1590/0034-7612136179>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2000. *Declaração do Milênio das Nações Unidas*. Nova York: ONU. Disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 2015. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

PINEDA, Abraham Londoño; CANO, Jose Alejandro; CZERNY, Mirosława, 2021. Governance approach to the prioritization of sustainable development goals in the city of Medellin (Colombia). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 13, e20200288. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200288>

ROCHA JUNIOR, Jorge Marcos; RIBEIRO MELLO, Andréa Justino; VILLAS BOAS MELLO, José André, 2023. Bicicleta, transporte e mobilidade: análise bibliométrica das produções científicas em acesso aberto nos periódicos indexados nas bases Web of Science e Scopus. *Palavra Chave*, 12(2), 189. <https://doi.org/10.24215/18539912e189>

ROSE-ACKERMAN, S., 2017. What Does "Governance" Mean?. *Governance*, 30(1), 23-27. <https://doi.org/10.1111/gove.12212>

SACHS, J. D., 2012. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. *The Lancet*, 379(9832), 2206-2211. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0)

SAMIEE, Saeed; CHABOWSKI, Brian R.; HULT, G. Tomas M., 2015. International relationship marketing: Intellectual foundations and avenues for further research. *Journal of International Marketing*, 23(4), 1-21. <https://doi.org/10.1509/jim.15.0027>

- DOS SANTOS, Andre Luiz Trajano; REIS, A. da C., 2021. Tendências teóricas do Gerenciamento de riscos em compras públicas sustentáveis: uma análise bibliométrica a partir das bases Scopus e Web of Science. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 15, 1-18. <https://doi.org/10.24857/RGSA.V15I2.2733>
- SILVA, Joyce Souza; LIMEIRA FILHO, Amilson Albuquerque; DE FÁTIMA MARTINS, Maria, 2022. Avaliação da governança na implementação dos ODS: Levantamento bibliográfico das contribuições teóricas ao tema (2015-2021). *Research, Society and Development*, 11(3), e59611326932. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26932>
- SU, Thanh Dinh; BUI, Thi Mai Hoai, 2017. Government size, public governance and private investment: The case of Vietnamese provinces. *Economic Systems*, 41(4), 651-666. <https://doi.org/10.1016/j.ecosys.2017.01.002>
- VAN ZEIJL-ROZEMA, Annemarie et al., 2008. Governance for sustainable development: a framework. *Sustainable Development*, 16(6), 410-421. <https://doi.org/10.1002/sd.367>
- VAN DE WALLE, Steven, 2005. Measuring Bureaucratic Quality in Governance Indicators. *Revue française d'administration publique*, n. 115, p. 435-461. <https://doi.org/10.3917/rfap.115.0435>
- YAMAGUCHI, Natália Ueda et al. 2023. Sustainable development goals: A bibliometric analysis of literature reviews. *Environmental Science and Pollution Research*, 30(3), 5502-5515. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-24379-4>
- YOUSAF, M.; IHSAN, F.; ELLAHI, A., 2016. Exploring the impact of good governance on citizens' trust in Pakistan. *Government Information Quarterly*, 33(1), 200-209. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.06.001>